

MONTEIRO ARANHA S.A
Companhia Aberta
CNPJ 33.102.476/0001-92
NIRE Nº 33300108611

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2019**

A Administração da Companhia, em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei das S.A., das normas da ICVM 481/09 e das normas da Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 480/09”), coloca à disposição dos Senhores Acionistas, os seguintes documentos:

- (i) Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo em 31 de dezembro de 2018;
- (ii) Demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018;
- (iii) Parecer dos auditores independentes;
- (iv) Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e opiniões expressas no parecer dos auditores independentes;
- (v) Proposta da Administração; e
- (vi) Boletim de voto a distância

Os documentos acima relacionados foram apresentados à CVM e encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e no seu site (www.monteiroaranha.com.br), no site da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Esses documentos são necessários para a adequada informação sobre as matérias constantes da ordem do dia, abaixo discriminadas, relativa à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2019, às 9h00 (horário de Brasília), na sede da Companhia (“Assembleia Ordinária”):

- (i) Examinar e deliberar sobre as contas dos administradores, o relatório da administração, e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 acompanhadas do parecer dos auditores independentes;
- (ii) Deliberar sobre a revisão anual do orçamento de capital;
- (iii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; e
- (iv) Deliberar sobre a fixação da remuneração global anual dos administradores.

A Companhia, atendendo as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em especial a Instrução de nº 481/09, e alterações, possibilitará o exercício do voto a distância na Assembleia Geral Ordinária. O acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância poderá: (i) preencher o Boletim de Voto e enviá-lo diretamente à Companhia ou (ii) transmitir as instruções de voto ao escriturador ou ao agente de custódia.

Informações Gerais para participação na Assembleia Geral:

Para participar da Assembleia, os acionistas, ou seus representantes legais, deverão apresentar, além de documento de identidade com foto e dos atos societários que comprovem a representação legal, conforme o caso: (a) comprovante expedido pela instituição escrituradora ou agente custodiante com até 3 (três) dias de antecedência da data da Assembleia; (b) instrumento de outorga de poderes de representação com firma reconhecida; e (c) para os acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, extrato da respectiva participação, emitido pelo órgão competente.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: Carteira de Identidade de Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), passaporte ou carteira de classe profissional oficialmente reconhecida.

O representante de acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia autenticada, devidamente registrada: (a) do contrato ou estatuto social; e (b) do ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia e (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o acionista.

O representante de fundo de investimento, administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo, além dos documentos acima relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento, devidamente registrado.

Os documentos expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, ser apostilados ou, caso o país emissor não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), legalizados em Consulado Brasileiro, ser traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta, e devidamente registrados.

Para a participação por meio de procurador, a outorga dos poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos da Lei 6.404/76 e do Código Civil, sendo que (a) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição

financeira; e (b) as pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil.

Para melhor organização da Assembleia, a Companhia solicita o depósito prévio de cópia dos documentos necessários para participação na Assembleia com, no mínimo, 3 (três) dias úteis de antecedência, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores (ri@monteiroaranja.com.br).

Rio de Janeiro, 28 de março de 2019.

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho
Presidente do Conselho de Administração

Senhores acionistas,

A Administração da Monteiro Aranha S.A (“Companhia” ou “MASA”) vem apresentar aos Senhores Acionistas e ao mercado em geral, as propostas que serão objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2019, às 9h00 (horário de Brasília) na sede da Companhia (“Assembleia Ordinária”):

Ordem do Dia:

(i) Examinar e deliberar sobre as contas dos administradores, o relatório da administração, e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes, estão disponibilizados no site da Companhia (www.monteiroaranha.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

A Companhia apresenta abaixo os comentários dos diretores conforme a Instrução da CVM de nº 481/09.

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES (Item 10 do Formulário de Referência)

10.1 - Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores acreditam que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

Em 2018, a Companhia e suas controladas, conforme demonstrações financeiras consolidadas tinham um saldo de caixa e aplicações financeiras no valor de R\$ 503 milhões e saldo de contas a receber de curto prazo no valor de R\$ 34 milhões. Além disso, os Diretores da Companhia entendem que a capacidade de geração de caixa da Companhia e de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas podem proporcionar recursos adicionais para suprir os compromissos financeiros assumidos pela Companhia. O passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro 2018 era de R\$ 155 milhões, composto, majoritariamente, por obrigações com operações financeiras (R\$ 122 milhões), dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (R\$ 18 milhões) e financiamentos (R\$ 8 milhões). O passivo não circulante era de R\$ 280 milhões composto, majoritariamente, por financiamentos (R\$ 146 milhões) e tributos diferidos (R\$ 133 milhões). O capital próprio da Companhia e de suas controladas, representado pelo patrimônio líquido consolidado era de R\$ 1.138 milhões no final do exercício social de 2018.

Comparativo entre o ano base 2018 e o ano base 2017

Em 2018, a Companhia apresentou um patrimônio líquido de R\$ 1.138 milhões (R\$ 1.322 milhões em 2017), uma variação negativa de R\$ 184 milhões, explicada por uma redução nos ativos de R\$ 56 milhões e um aumento no passivo de R\$ 128 milhões.

Ao final do exercício de 2018, a Companhia e suas controladas, conforme demonstrações financeiras consolidadas tinham um saldo de caixa e aplicações financeiras no valor de R\$ 503 milhões e saldo de contas a receber de curto prazo de R\$ 34 milhões. Em 2017, esse valor era de R\$ 493 milhões e R\$ 19 milhões respectivamente. O passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro 2018 era de R\$ 155 milhões contra R\$ 160 milhões em 31 de dezembro de 2017, composto, principalmente, por obrigações com operações financeiras (R\$ 122 milhões), dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (R\$ 18 milhões) e financiamentos (R\$ 8 milhões). O passivo não circulante em 31 de dezembro 2018 era de R\$ 280 milhões contra R\$ 146 milhões em 31 de dezembro de 2017, composto, principalmente, por financiamentos (R\$ 146 milhões) e tributos diferidos (R\$ 133 milhões). O lucro líquido consolidado da Companhia foi de R\$ 41 milhões em 2018 comparado com R\$ 141 milhões em 2017, um decréscimo de 71%, explicado principalmente (i) pelo menor resultado de equivalência patrimonial das coligadas Klabin S.A., Ultrapar Participações S.A. e da controlada em conjunto Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A. (R\$ 56 milhões), (ii) por menores outras receitas/despesas operacionais (R\$ 14 milhões) e (iii) por maiores impostos diferidos devido à valorização nas carteiras dos fundos exclusivos da Companhia (R\$ 32 milhões).

Comparativo entre o ano base 2017 e o ano base 2016

Em 2017, a Companhia apresentou um patrimônio líquido de R\$1.322 milhões (R\$ 1.304 milhões em 2016), uma variação positiva de R\$18 milhões, explicada por um aumento nos ativos de R\$ 63 milhões parcialmente compensado por um aumento no passivo de R\$ 45 milhões.

Ao final do exercício de 2017, a Companhia e suas controladas, conforme demonstrações financeiras consolidadas, tinham um saldo de caixa e aplicações financeiras no valor de R\$ 493 milhões e saldo de contas a receber de curto prazo de R\$ 19 milhões. Em 2016, esse valor era de R\$ 403 milhões e R\$ 34 milhões respectivamente. O passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro 2017 era de R\$ 160 milhões contra R\$ 120 milhões em 31 de dezembro de 2016, composto, principalmente, por obrigações com operações financeiras (R\$ 141 milhões) e financiamentos (R\$ 12 milhões). O passivo não circulante em 31 de dezembro 2017 era de R\$ 146 milhões contra R\$ 142 milhões em 31 de dezembro de 2016, composto, principalmente, por tributos diferidos (R\$ 94 milhões) e financiamentos (R\$ 51 milhões). O lucro líquido consolidado da Companhia foi de R\$ 141 milhões em 2017 comparado a R\$ 211 milhões em 2016, um decréscimo de 33%, explicado principalmente pelo menor

resultado de equivalência patrimonial da coligada Klabin S.A. (R\$ 147 milhões) e por outras despesas operacionais maiores (R\$ 64 milhões) devido, principalmente, a redução do valor realizável do ativo imobiliário “Torre 1º de Março”, que impactou o resultado da controlada Monteiro Aranha Participações Imobiliários S.A.

Comparativo entre o ano base 2016 e o ano base 2015

Em 2016, a Companhia apresentou um patrimônio líquido de R\$1.304 milhões (R\$ 1.188 milhões em 2015), uma variação positiva de R\$ 116 milhões, explicada por um aumento nos ativos de R\$ 131 milhões parcialmente compensado por um aumento no passivo de R\$ 15 milhões.

Ao final do exercício de 2016, a Companhia e suas controladas, conforme demonstrações financeiras consolidadas, tinham um saldo de caixa e aplicações financeiras no valor de R\$ 403 milhões e saldo de contas a receber de curto prazo de R\$ 34 milhões. Em 2015, esse valor era de R\$ 457 milhões e R\$ 19 milhões respectivamente. O passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro 2016 era de R\$ 120 milhões contra R\$ 111 milhões em 31 de dezembro de 2015, composto, principalmente, por obrigações com operações financeiras (R\$ 111 milhões), fornecedores habituais (R\$ 4 milhões) e dividendos declarados e não pagos (R\$ 2 milhões). O passivo não circulante em 31 de dezembro 2016 era de R\$ 142 milhões contra R\$ 136 milhões em 31 de dezembro de 2015, composto, principalmente, por tributos diferidos (R\$ 92 milhões), financiamentos (R\$ 45 milhões) e adiantamentos de clientes (R\$ 4 milhões). O lucro líquido consolidado da Companhia foi de R\$ 211 milhões em 2016 comparado a R\$ 96 milhões em 2015, um acréscimo de 120%, explicado principalmente pelo maior resultado de equivalência patrimonial da coligada Klabin S.A. (R\$ 272 milhões).

b) estrutura de capital

A Diretoria considera que a estrutura de capital da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, era adequada para suprir as suas necessidades. De acordo com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, o capital próprio da Companhia e de suas controladas, representado pelo patrimônio líquido consolidado, era de R\$ 1.138 milhões. Por sua vez, o endividamento bruto era de R\$ 154 milhões e o caixa e aplicações financeiras eram de R\$ 503 milhões, conseqüentemente o endividamento líquido era negativo em R\$ 349 milhões.

A tabela abaixo, extraída das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, oferece a composição completa do capital próprio e de terceiros da Companhia:

	R\$ milhões		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Capital de terceiros curto prazo	8	12	0
Capital de terceiros longo prazo	146	51	45
Total do capital de terceiros	154	63	45
Total do capital próprio	1.138	1.322	1.304
Tota do patrimônio líquido	1.138	1.322	1.304

Endividamento

Em dezembro de 2018, o endividamento de R\$ 154 milhões refere-se ao saldo de R\$ 56 milhões do financiamento contraído pela controlada da Companhia, Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., destinado ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º. de Março”, e ao empréstimo internacional no valor de € 22.131 a uma taxa efetiva de 1,1320% ao ano com vencimento em quatro parcelas iguais ao longo de 2020 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações. O valor do empréstimo foi convertido para Reais, R\$ 100.000, e os juros fixo em Euros convertido para uma taxa variável em Reais, através de instrumento de swap, ficando a Companhia com uma posição passiva apenas em Reais a uma taxa de CDI + 0,60% ao ano.

Em dezembro de 2017, o endividamento de R\$ 63 milhões refere-se ao empréstimo contraído pela controlada da Companhia, Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., destinado ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º. de Março”.

Em dezembro de 2016, o endividamento de R\$ 45 milhões refere-se ao empréstimo contraído pela controlada da Companhia, Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., destinado ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º. de Março”.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia e suas controladas não apresentaram endividamento financeiro líquido ao final dos últimos três exercícios de 2018, 2017 e 2016, uma vez que os saldos de caixa, de equivalentes de caixa, e de títulos e valores mobiliários foram superiores aos financiamento e empréstimo contraídos, conforme exposto acima, e, portanto, a Administração acredita não haver riscos relevantes em relação à capacidade de pagamento da Companhia referente aos compromissos financeiros assumidos. Além disso, a Administração da Companhia entende que a capacidade de geração de caixa da Companhia e de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas podem contribuir com recursos adicionais para suprir os compromissos financeiros assumidos pela Companhia.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Nos últimos três exercícios sociais, a principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foi a sua própria disponibilidade de recursos financeiros, empréstimo, venda de ativos e geração de caixa de seus investimentos através principalmente do recebimento de proventos de suas coligadas.

No exercício social de 2018, a Companhia contratou empréstimo internacional no valor de € 22.131 a uma taxa efetiva de 1,1320% ao ano, com vencimento em quatro parcelas iguais ao longo de 2020 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações. O valor do empréstimo foi convertido para Reais, R\$ 100.000, e os juros fixo em Euros convertido para uma taxa variável em Reais, através de instrumento de swap, ficando a Companhia com uma posição passiva apenas em Reais a uma taxa de CDI + 0,60% ao ano. Esses recursos foram direcionados para investimentos, operações financeiras e caixa da Companhia.

No decorrer dos exercícios sociais de 2017 e 2016, a Companhia não contratou novos financiamentos ou empréstimos.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em função de sua disponibilidade de caixa e de aplicações financeiras e da geração de caixa decorrente de seus investimentos a Administração acredita que a Companhia não apresenta deficiências de liquidez. Contudo, a Administração entende que poderá, eventualmente, acessar o mercado de capitais através da obtenção de linhas de financiamento com instituições financeiras para capital de giro ou investimento, com taxas compatíveis com o mercado, tais como linhas de créditos de bancos, emissão de títulos no exterior, emissão de debêntures e cédulas de crédito bancário, entre outros, levando em consideração que a Companhia tem a possibilidade de oferecer garantias reais baseadas nos seus ativos existentes em 31 de dezembro de 2018.

f) níveis de endividamento e características das dívidas, descrevendo ainda:

Conforme os resultados consolidados da Companhia nos últimos três exercícios sociais, a Administração entende que a Companhia possui uma adequada estrutura de endividamento, que permite uma confortável situação de caixa para realização de suas atividades.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

A Companhia possui um contrato de financiamento e um de empréstimo reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia; a) “Instrumento Particular de Abertura de Crédito com Garantia Hipotecária e Outras Avenças”, no valor total de principal de R\$ 61 milhões para financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º de Março”. Do valor contratado,

foram utilizados R\$ 16 milhões no ano de 2017, R\$ 21 milhões no ano de 2015 e R\$ 24 milhões no ano de 2016. A quitação do empréstimo ocorrerá em 96 parcelas mensais, com início de pagamento em janeiro de 2018; b) contrato de empréstimo internacional no valor de € 22.131 a uma taxa efetiva de 1,1320% ao ano com vencimento em quatro parcelas iguais ao longo de 2020 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações. O valor do empréstimo foi convertido para Reais, R\$ 100.000, e os juros fixo em Euros convertido para uma taxa variável em Reais, através de instrumento de swap, ficando a Companhia com uma posição passiva apenas em Reais a uma taxa de CDI + 0,60% ao ano.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

Em 2018, a Companhia se comprometeu a realizar aportes de até R\$ 10 milhões ao longo de cinco anos em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) dedicados ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica. Também em 2018, um compromisso de aporte no valor de R\$ 5 milhões assumido anteriormente pela Companhia com um FIP para investimento no mesmo setor foi cancelado pelo gestor devido ao encerramento do fundo sem ter efetivado qualquer investimento. Esses fatos, em conjunto com os compromissos anteriormente assumidos em 2016 e 2017, levaram o valor total comprometido de aporte pela Companhia em diversos FIPs dedicados ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica para R\$ 61 milhões. Até o final do exercício de 2018, a Companhia havia integralizado R\$ 11 milhões nestes fundos.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas:

Não há grau de subordinação contratual entre dívidas. As obrigações da Companhia registradas no passivo exigível dos balanços patrimoniais que integram as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, correspondentes aos três últimos exercícios sociais, deverão seguir a ordem de preferência prevista no artigo 83 da Lei n.º 11.101/2005 em caso de concurso de credores, qual seja: créditos trabalhistas, créditos com garantia real, créditos tributários, créditos com privilégio especial, créditos com privilégio geral, créditos quirografários, multas e créditos subordinados.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:

Não existem restrições impostas à Companhia em decorrência das dívidas contraídas pela Companhia, inclusive em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

g) limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Conforme descrito acima, os financiamentos contratados pela Companhia são: a) “Instrumento Particular de Abertura de Crédito com Garantia Hipotecária e Outras Avenças”. O limite contratado, em 31 de dezembro 2017, é de R\$ 61 milhões e destina-se ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º. de Março”. Do valor contratado, foram utilizados 100%, sendo R\$ 16 milhões no ano de 2017 (26%), R\$ 21 milhões no ano de 2015 (34%) e R\$ 24 milhões no ano de 2016 (39%). A quitação do empréstimo ocorrerá em 96 parcelas mensais, com início de pagamento em janeiro de 2018; b) contrato de empréstimo internacional no valor de € 22.131 a uma taxa efetiva de 1,1320% ao ano, com vencimento em quatro parcelas iguais ao longo de 2020 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações. O valor do empréstimo foi convertido para Reais, R\$ 100.000, e os juros fixo em Euros convertido para uma taxa variável em Reais, através de instrumento de swap, ficando a Companhia com uma posição passiva apenas em Reais a uma taxa de CDI + 0,60% ao ano.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Resumo das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Os quadros a seguir representam as demonstrações do resultado e os balanços patrimoniais da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em milhares de reais)

	Consolidado						VARIACÕES - AH	
	31/12/2018	AV	31/12/2017	AV	31/12/2016	AV	31/12/2018 e 31/12/2017	31/12/2017 e 31/12/2016
RECEITAS OPERACIONAIS								
Resultado de equivalência patrimonial	55.214	94%	110.835	98%	257.340	99%	-50%	-57%
Outras receitas	3.268	6%	1.966	2%	3.553	1%	66%	-45%
	<u>58.482</u>	<u>100%</u>	<u>112.801</u>	<u>100%</u>	<u>260.893</u>	<u>100%</u>	-48%	-57%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS								
Gerais e administrativas	(50.940)	-87%	(41.484)	-37%	(45.484)	-17%	23%	-9%
Outras receitas operacionais, líquidas	13.012	22%	27.375	24%	91.415	35%	-52%	-70%
	<u>(37.928)</u>	<u>-65%</u>	<u>(14.109)</u>	<u>-13%</u>	<u>45.931</u>		169%	n/a
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>20.554</u>	<u>35%</u>	<u>98.692</u>	<u>87%</u>	<u>306.824</u>	<u>118%</u>	-79%	-68%
RESULTADO FINANCEIRO								
Receitas financeiras	199.045	340%	101.981	90%	145.796	56%	95%	-30%
Despesas financeiras	(139.901)	-239%	(54.329)	-48%	(256.093)	-98%	158%	-79%
	<u>59.144</u>	<u>101%</u>	<u>47.652</u>	<u>42%</u>	<u>(110.297)</u>	<u>-42%</u>	24%	n/a
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	79.698	136%	146.344	130%	196.527	75%	-46%	-26%
IMPOSTO DE RENDA E CSLL								
IRPJ e CSLL corrente	(685)	-1%	(730)	-1%	(470)		-6%	
IRPJ e CSLL diferido	(34.035)	-58%	(1.903)	-2%	16.318	6%	1688%	n/a
	<u>(34.720)</u>	<u>-59%</u>	<u>(2.633)</u>	<u>-2%</u>	<u>15.848</u>	<u>6%</u>	1219%	n/a
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	44.978	77%	143.711	127%	212.375	81%	-69%	-32%
Participação de minoritários	(4.171)	-7%	(2.526)	-2%	(1.185)	0%	65%	113%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>40.807</u>	<u>70%</u>	<u>141.185</u>	<u>125%</u>	<u>211.190</u>	<u>81%</u>	-71%	-33%

AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de reais)

	Consolidado						VARIACÕES - AH	
	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2016		31/12/2018 e	31/12/2017 e
	AV	AV	AV	AV	AV	31/12/2017	31/12/2016	
ATIVO CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	62.460	4%	81.061	5%	33.384	2%	-23%	143%
Títulos e valores mobiliários	440.905	28%	411.688	25%	370.077	24%	7%	11%
Créditos com Operações Financeiras	1.483	0%	372	0%	1.607	0%	299%	-77%
Juros sobre debênture	-	0%	10.917	1%	10.892	1%	n/a	0%
Dividendos a receber	29.774	2%	15.345	1%	28.245	2%	94%	-46%
Contas a receber	3.087	0%	3.651	0%	4.275	0%	-15%	-15%
Estoque de imóveis a comercializar	993	0%	-	0%	-	0%	n/a	n/a
Impostos a recuperar	8.492	1%	6.683	0%	5.417	0%	27%	23%
Outros	4.962	0%	2.306	0%	1.245	0%	115%	85%
Total do ativo circulante	552.156	35%	532.023	33%	455.142	29%	4%	17%
ATIVO NÃO CIRCULANTE								
Realizável a longo prazo:								
Títulos e valores mobiliários	301	0%	-	0%	-	0%	n/a	n/a
Partes relacionadas	2.479	0%	2.538	0%	18.863	1%	-2%	-87%
Estoque de imóveis a comercializar	97.700	6%	99.914	6%	118.360	8%	-2%	-16%
Outros	3.865	0%	3.866	0%	1.450	0%	0%	167%
Investimentos em controladas e coligadas	864.505	55%	939.326	58%	914.388	58%	-8%	3%
Propriedade para investimentos	49.926	3%	49.438	3%	29.298	2%	1%	69%
Outros investimentos	203	0%	183	0%	183	0%	11%	0%
Imobilizado	1.211	0%	1.311	0%	20.302	1%	-8%	-94%
Intangível	59	0%	92	0%	131	0%	-36%	-30%
Total do ativo não circulante	1.020.249	65%	1.096.668	67%	1.110.759	71%	-7%	-1%
TOTAL DO ATIVO	1.572.405	100%	1.628.691	100%	1.565.901	100%	-3%	4%
PASSIVO CIRCULANTE								
Salários e encargos sociais	1.324	0%	1.432	0%	1.168	0%	-8%	23%
Impostos e taxas a recolher	2.032	0%	1.335	0%	981	0%	52%	36%
Dividendos e JCP a pagar	17.930	1%	99	0%	1.537	0%	18011%	-94%
Provisão para perdas	-	0%	120	0%	117	0%	n/a	3%
Fornecedores	819	0%	3.340	0%	3.885	0%	-75%	-14%
Obrigações com Operações Financeiras	120.022	8%	141.424	9%	110.739	7%	-15%	28%
Obrigações fundos exclusivos	2.784	0%	843	0%	1.176	0%	230%	-28%
Empréstimo e Financiamentos	8.041	1%	11.504	1%	-	0%	-30%	n/a
Total do passivo circulante	152.952	10%	160.097	10%	119.603	8%	-4%	34%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE								
Partes relacionadas	31	0%	31	0%	31	0%	0%	0%
Tributo diferido	132.774	8%	94.106	6%	92.075	6%	41%	2%
Adiantamento a clientes	-	0%	-	0%	4.050	0%	n/a	n/a
Empréstimo e Financiamentos Nacionais	48.192	3%	51.245	3%	44.568	3%	-6%	15%
Empréstimo e Financiamentos Estrangeiros	98.241	6%	-	0%	-	0%	n/a	n/a
Obrigações com Operações Financeiras	1.780	0%	-	0%	-	0%	n/a	n/a
Provisão para perdas	123	0%	-	0%	-	0%	n/a	n/a
Outros	580	0%	1.084	0%	1.384	0%	-46%	-22%
Total do passivo não circulante	281.721	18%	146.466	9%	142.108	9%	92%	3%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	716.838	46%	716.838	44%	716.838	46%	0%	0%
Reservas de lucros	433.201	28%	610.841	38%	604.225	39%	-29%	1%
Ajustes avaliação patrimonial	(15.882)	-1%	(6.387)	0%	(17.020)	-1%	149%	-62%
Total do patrimônio líquido	1.134.157	72%	1.321.292	81%	1.304.043	83%	-14%	1%
Participação Minoritários	3.575	0%	836	0%	147	0%		
Total do patrimônio líquido consolidado	1.137.732	72%	1.322.128	81%	1.304.190	83%	-14%	1%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.572.405	100%	1.628.691	100%	1.565.901	100%	-3%	4%

AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal

COMPARAÇÃO DAS ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NAS CONTAS DE RESULTADOS OPERACIONAIS APURADOS NOS EXERCÍCIOS

EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Receitas Operacionais

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado positivo de R\$ 55 milhões de equivalência patrimonial apresentado em 2018, representou um decréscimo de R\$ 56 milhões (50%) em relação ao resultado positivo de R\$ 111 milhões em 2017, devido, aos menores resultados das coligadas Klabin S.A. (R\$ 9 milhões em 2018 vs. R\$ 36 milhões em 2017) e Ultrapar Participações S.A. (R\$ 48 milhões em 2018 vs. R\$ 69 milhões em 2017), e da controlada em conjunto Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A. (-R\$ 2 milhões em 2018 vs. R\$ 7 milhões em 2017).

Receitas e (Despesas) Operacionais

Gerais e Administrativas

A variação negativa de R\$ 9 milhões (23%) em despesas gerais e administrativas, entre 2018 e 2017, deveu-se principalmente, às maiores despesas com PIS/COFINS corrente, em consequência de maiores receitas financeiras (R\$ 2 milhões) e PIS/COFINS diferido, referente aos maiores ganhos nas carteiras de ações dos fundos exclusivos da Companhia em função, majoritariamente, da valorização de ações brasileiras e dos ganhos cambiais sobre as ações estrangeiras (via *BDRs – Brazilian Depositary Receipts*) (R\$ 4 milhões), e outras despesas gerais do empreendimento “Torre 1º de Março” da controlada Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. (R\$ 2 milhões).

Outras receitas operacionais líquidas

A variação negativa de R\$ 14 milhões (52%) em outras receitas operacionais líquidas, entre 2018 e 2017, deveu-se principalmente à redução em R\$ 69 milhões do valor realizável do ativo imobiliário “Torre 1º de Março”, da controlada Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A., contabilizada em 2017, parcialmente compensada pelo menor resultado na alienação de ativos em 2018 (R\$ 8 milhões em 2018 vs. R\$ 88 milhões em 2017).

Resultado Financeiro Líquido

A variação positiva do resultado financeiro de R\$ 11 milhões, entre 2018 (R\$ 59 milhões) e 2017 (R\$ 48 milhões), se deve principalmente, (i) aos maiores ganhos nas carteiras de ações dos fundos exclusivos da Companhia em função, majoritariamente, da valorização de ações brasileiras e dos ganhos cambiais

sobre as ações estrangeiras (via *BDRs – Brazilian Depositary Receipts*), e (ii) por menores perdas nas operações com instrumentos de proteção.

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

IRPJ e CSSL diferidos

A variação negativa do imposto de renda e contribuição social de R\$ 32 milhões, entre 2018 (-R\$ 34 milhões) e 2017 (-R\$ 2 milhões), refere-se à provisão dos tributos diferidos, devido, principalmente, à valorização nas carteiras dos fundos exclusivos da Companhia, em 2018.

EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Receitas Operacionais

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado positivo de R\$ 111 milhões de equivalência patrimonial apresentado em 2017, representou um decréscimo de R\$ 146 milhões (57%) em relação ao resultado positivo de R\$ 257 milhões em 2016, devido, principalmente ao menor resultado da coligada Klabin S.A. (R\$ 36 milhões em 2017 vs. R\$ 181 milhões em 2016).

Receitas e (Despesas) Operacionais

Gerais e Administrativas

A variação positiva de R\$ 4 milhões (9%) em despesas gerais e administrativas, entre 2017 e 2016, deveu-se principalmente, às menores despesas com implantação da nova sede e reestruturação de pessoal em 2016.

Outras receitas operacionais líquidas

A variação negativa de R\$ 64 milhões (70%) em outras receitas operacionais líquidas, entre 2017 e 2016, deveu-se principalmente, à redução em R\$ 69 milhões do valor realizável do ativo imobiliário “Torre 1º de Março” da controlada Monteiro Aranha Participações Imobiliários S.A., parcialmente compensada pelo maior resultado na alienação de ativos.

Resultado Financeiro Líquido

A variação positiva do resultado financeiro de R\$ 158 milhões, entre 2017 (R\$ 48 milhões) e 2016 (-R\$ 110 milhões), deveu-se principalmente, (i) aos ganhos nas carteiras de ações dos fundos exclusivos da Companhia em função da variação cambial e valorização de ações estrangeiras (via *BDRs – Brazilian*

Depository Receipts), e (ii) por menores perdas nas operações com instrumentos de proteção.

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

IRPJ e CSSL diferidos

A variação negativa do imposto de renda e contribuição social de R\$ 18 milhões, entre 2017 (-R\$ 2 milhões) e 2016 (R\$ 16 milhões), refere-se à provisão dos tributos diferidos, devido, principalmente, à valorização nas carteiras dos fundos exclusivos da Companhia, em 2017.

COMPARAÇÃO DAS ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NAS CONTAS PATRIMONIAIS NOS EXERCÍCIOS

EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de Caixa

A variação negativa de R\$ 18 milhões (23%), entre 2018 e 2017, decorre substancialmente da distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio.

Títulos e Valores Mobiliários

A variação positiva de R\$ 29 milhões (7%), entre 2018 e 2017, decorre principalmente da valorização nos fundos exclusivos da Companhia, devido, majoritariamente, pela valorização de ações brasileiras e dos ganhos cambiais sobre as ações estrangeiras (via *BDRs – Brazilian Depository Receipts*).

Juros sobre Debêntures

A variação negativa de R\$ 11 milhões refere-se ao recebimento em 2018 do saldo dos juros sobre as debêntures de Klabin S.A. que foram convertidas em *Units* em janeiro de 2018.

Dividendos a Receber

O saldo refere-se ao provisionamento de dividendos obrigatórios das investidas Klabin S.A. (R\$ 16 milhões), Ultrapar Participações S.A. (R\$ 11 milhões) e PRS XXIV Incorporadora S.A. (R\$ 2 milhões).

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Investimentos em Controladas e Coligadas

A variação negativa de R\$ 75 milhões (8%), entre 2018 e 2017, decorre principalmente (i) da redução do investimento na coligada Klabin S.A. em virtude do reconhecimento de proventos declarados por essa coligada, em valor superior ao resultado de equivalência patrimonial em 2018 (R\$ 65 milhões), e (ii) dos reflexos referentes a adoção do IFRS 9 – CPC 48 (Instrumentos Financeiros) na controlada em conjunto Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A. (R\$ 5 milhões) e adoção dos IFRS 9 – CPC 48 e IFRS 15 – CPC 47 (Receita de contratos com clientes) na coligada Ultrapar Participações S.A. (R\$ 5 milhões).

PASSIVO CIRCULANTE

Dividendos e JCP a pagar

O saldo de R\$ 17 milhões refere-se a juros sobre capital próprio declarados em dezembro de 2018 e pagos em janeiro de 2019.

Obrigações com Operações Financeiras

O saldo de R\$ 120 milhões em 2018 contra R\$ 141 milhões em 2017 refere-se à operação BOVA 11 (ETF – *Exchange Traded Fund* - negociado na BM&F BOVESPA) mantida pela Companhia com o objetivo de proteger seus investimentos de cenários político e macroeconômico adversos. A Companhia alugou e vendeu a descoberto 1.900.260 ações de BOVA11 permanecendo esse saldo inalterado ao final dos exercícios de 2017 e 2016. Em 2018 essa quantidade foi reduzida para 1.417.730 ações.

Empréstimos e Financiamentos

O valor de R\$ 8 milhões refere-se às parcelas do financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º de Março” a serem pagas no exercício social de 2019.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Impostos Diferidos

A variação positiva de R\$ 39 milhões (41%), entre 2018 e 2017, refere-se aos maiores ganhos nas carteiras de ações dos fundos exclusivos da Companhia em função, majoritariamente, da valorização de ações brasileiras e dos ganhos cambiais sobre as ações de empresas estrangeiras (via *BDRs – Brazilian Depositary Receipts*).

Empréstimos e Financiamentos

A variação positiva de R\$ 95 milhões (186%), entre 2018 e 2017, refere-se, majoritariamente, ao contrato de empréstimo internacional no valor de € 22.131 a uma taxa efetiva de 1,1320% ao ano com e vencimento em quatro parcelas iguais ao longo de 2020 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações. O valor do empréstimo foi convertido para Reais, R\$ 100.000, e os juros fixo em Euros convertido para uma taxa variável em Reais, através de instrumento de swap, ficando a Companhia com uma posição passiva apenas em Reais a uma taxa de CDI + 0,60% ao ano.

EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de Caixa

A variação positiva de R\$ 48 milhões (143%), entre 2017 e 2016, é resultado da maior alocação das disponibilidades em CDB's de bancos em substituição às Compromissadas (debêntures).

Títulos e Valores Mobiliários

A variação positiva de R\$ 42 milhões (11%), entre 2017 e 2016, em títulos e valores mobiliários, entre 2017 e 2016, decorre principalmente da valorização nos fundos exclusivos da Companhia em função majoritariamente da variação cambial e valorização de ações de empresas estrangeiras (via *BDRs – Brazilian Depositary Receipts*).

Dividendos a Receber

O saldo refere-se ao provisionamento de dividendos obrigatórios das investidas Ultrapar Participações S.A. (R\$ 14 milhões) e Vista Golf Empreendimento imobiliário (R\$ 2 milhões).

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Partes Relacionadas

A variação negativa de R\$ 16 milhões (87%), entre 2017 e 2016, decorre da integralização do aporte de R\$16 milhões realizado pela Companhia na investida Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. em 2016, a título de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFACs).

Estoques de Imóveis a Comercializar

A variação negativa de R\$ 18 milhões (16%), entre 2017 e 2016, nos estoques decorre, principalmente, da redução em R\$ 69 milhões do valor realizável do ativo imobiliário “Torre 1º de Março”, empreendimento desenvolvido pela controlada Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., parcialmente compensada pelo aumento do estoque em R\$ 50 milhões referente às obras para conclusão do empreendimento em 2017.

Juros sobre Debêntures

A variação negativa de R\$ 8 milhões, entre 2017 (R\$ 0 milhões) e 2016 (R\$ 8 milhões), dos juros sobre debêntures deve-se a transferência do saldo dos juros sobre as debêntures de Klabin S.A. para o ativo circulante, uma vez que o saldo será pago durante exercício de 2018.

Investimentos em Controladas e Coligadas

A variação positiva de R\$ 25 milhões (3%), entre 2017 e 2016, decorre, principalmente, do aumento dos resultados por equivalência patrimonial: (i) na coligada Klabin S.A. (R\$ 3 milhões), (ii) na coligada Ultrapar Participações S.A. (R\$ 15 milhões) e (iii) na Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A. (R\$ 6 milhões).

Propriedade para Investimento

A variação positiva de R\$ 20 milhões (69%), entre 2017 e 2016, decorre substancialmente da reclassificação do Edifício Monteiro Aranha, antiga sede da Companhia, de Imobilizado para Propriedade para investimento passando a ser avaliado pelo seu valor justo no valor de R\$ 23 milhões.

Imobilizado

A variação negativa, entre 2017 e 2016, de R\$ 19 milhões (94%) decorre principalmente da reclassificação do Edifício Monteiro Aranha, antiga sede da Companhia, de Imobilizado para Propriedade para investimento, no valor de R\$ 18 milhões.

PASSIVO CIRCULANTE

Obrigações com Operações Financeiras

O saldo de R\$ 141 milhões em 2017 contra R\$ 111 milhões em 2016 refere-se à operação BOVA 11 (ETF – *Exchange Traded Fund* - negociado na BM&F BOVESPA) mantida pela Companhia com o objetivo de proteger seus investimentos de cenários político e macroeconômico adversos. A Companhia

alugou e vendeu a descoberto 1.900.260 ações de BOVA11 permanecendo esse saldo inalterado ao final dos exercícios de 2017 e 2016.

Empréstimos e Financiamentos

O valor de R\$ 11 milhões refere-se às parcelas do financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º de Março” a serem pagas no exercício social de 2018.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Empréstimos e Financiamentos

A variação positiva de R\$ 7 milhões (15%), entre 2017 e 2016, nos empréstimos e financiamentos é resultado da liberação de parcela de empréstimo contratado pela controlada Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., destinado ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º de Março”.

Adiantamentos de clientes

A variação de R\$ 4 milhões refere-se a baixa da permuta referente ao empreendimento “Torre 1º de Março”.

10.2 - Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Por ser uma *holding* de participações, o resultado operacional da Companhia é composto, principalmente, (i) pela equivalência patrimonial do resultado de suas controladas e coligadas; (ii) por outras receitas operacionais; e (iii) por receitas financeiras. Os parágrafos abaixo descrevem em maiores detalhes cada um desses componentes da receita.

Para demonstrar a relevância de tais componentes na receita da Companhia, é importante destacar os dados constantes da tabela abaixo, que demonstram os montantes oriundos de cada um dos componentes acima descritos:

Componente da Receita	2018	2017	2016
Equivalência patrimonial (participações societárias)	R\$ 55.214mil	R\$ 110.835mil	R\$ 257.340 mil
Outras receitas operacionais	R\$ 19.034mil	R\$ 103.287mil	R\$ 93.005 mil
Receitas financeiras	R\$ 199.045mil	R\$ 101.981mil	R\$ 145.796 mil

Receita de equivalência patrimonial

As receitas provenientes de equivalência patrimonial resultam substancialmente da participação detida pela Companhia no capital social de suas coligadas Ultrapar Participações S.A. e Klabin S.A., que assegura o direito da Companhia a receber os lucros provenientes de tais participações. Em 2018, a receita de equivalência patrimonial foi de R\$ 55,2 milhões, sendo que R\$ 48,5 milhões provenientes da Ultrapar Participações S.A., R\$ 9,4 milhões provenientes da Klabin S.A., e -R\$ 2,4 milhões provenientes da controlada Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. Em 2017 a receita de equivalência patrimonial foi de R\$ 110,8 milhões, sendo que R\$ 68,7 milhões provenientes de Ultrapar Participações S.A., R\$ 36,5 milhões provenientes de Klabin S.A., e R\$ 5,6 milhões de outras investidas. Em 2016 a receita de equivalência patrimonial foi de R\$ 257,3 milhões, sendo que R\$ 71,3 milhões provenientes de Ultrapar Participações S.A. e R\$ 181,1 milhões provenientes de Klabin S.A., e R\$ 4,8 de outras investidas.

Outras receitas operacionais

Em 2018, 2017 e 2016, as outras receitas operacionais foram de R\$ 19,0 milhões, R\$ 103,3 milhões e R\$ 93,0 milhões, respectivamente. As outras receitas operacionais são provenientes substancialmente do resultado da venda de ativos da Companhia bem como de receitas obtidas por meio de aluguel de imóveis e de royalties.

Receitas Financeiras

Em 2018, 2017 e 2016, as receitas financeiras foram de R\$ 199,0 milhões, R\$ 102,0 milhões e R\$ 145,8 milhões, respectivamente. As receitas financeiras da Companhia são provenientes, principalmente, de aplicações em títulos e valores mobiliários em renda fixa e renda variável e derivativos, realizadas através de fundos exclusivos e não exclusivos e da tesouraria da Companhia.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Resultados operacionais, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, comparados com o exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

O lucro líquido consolidado da Companhia passou de R\$ 141 milhões em 2017 para R\$ 41 milhões em 2018, correspondente a um decréscimo de 71%, explicado principalmente: (i) pelo menor resultado de equivalência patrimonial (R\$ 55 milhões em 2018 vs. R\$ 111 milhões em 2017), devido aos menores resultados das coligadas Klabin S.A. (R\$ 9 milhões em 2018 vs. R\$ 36 milhões em 2017), Ultrapar Participações S.A. (R\$ 48 milhões em 2018 vs. R\$ 69 milhões em 2017), e da controlada em conjunto Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A. (-R\$ 2 milhões em 2018 vs. R\$ 7 milhões em 2017); (ii) por maiores outras despesas operacionais (-R\$ 38 milhões em 2018 vs. -R\$ 14 milhões em 2017), devido principalmente, a maiores despesas com PIS/COFINS, em consequência

de maiores receitas financeiras e ganhos nas carteiras de ações dos fundos exclusivos (R\$ 6 milhões), e pelo menor resultado de Outras Receitas Operacionais (R\$ 14 milhões) devido, majoritariamente, ao menor resultado na alienação de ativos em 2018 (R\$ 8 milhões em 2018 vs. R\$ 88 milhões em 2017); e (iii) parcialmente compensado pelo maior resultado financeiro líquido (R\$ 59 milhões em 2018 vs. -R\$ 48 milhões em 2017).

Resultados operacionais, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, comparados com o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

O lucro líquido consolidado da Companhia passou de R\$ 212 milhões em 2016 para R\$ 141 milhões em 2017, correspondente a um decréscimo de 33%, explicado principalmente pelo menor resultado de equivalência patrimonial (R\$ 111 milhões em 2017 vs. R\$ 257 milhões em 2016), devido ao menor resultado da coligada Klabin S.A. (R\$ 36 milhões em 2017 vs. R\$ 181 milhões em 2016) e por outras despesas operacionais maiores (-R\$ 72 milhões em 2017 vs. -R\$ 2 milhões em 2016), devido principalmente a redução em -R\$ 69 milhões do valor realizável do ativo imobiliário “Torre 1º de Março”, que impactou o resultado da controlada Monteiro Aranha Participações Imobiliários S.A., parcialmente compensados pelo maior resultado financeiro líquido (R\$ 48 milhões em 2017 vs. -R\$ 110 milhões em 2016).

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Por ser uma *holding* de participações, a Companhia depende de resultados positivos de seus investimentos e da distribuição de tais resultados pelas suas sociedades investidas (controladas, controladas em conjunto e coligadas), de modo que parcela substancial do resultado operacional da Companhia é composta pelo resultado equivalência patrimonial de suas participações societárias. Portanto, qualquer variação das receitas atribuíveis à modificação de preços, taxas de câmbio, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços existentes na Klabin S.A., na Ultrapar Participações S.A. e nas participações imobiliárias e que tenham o potencial de afetar o lucro líquido de tais controladas e coligadas, podem causar um efeito material no resultado de equivalência patrimonial da Companhia afetando desta forma a sua receita operacional.

Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A.

Tendo em vista que parcela relevante das receitas auferidas pela Companhia (resultado de equivalência patrimonial) decorre diretamente de sua participação nas coligadas Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A., os impactos das variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços da Klabin S.A. e da Ultrapar Participações S.A. podem ser consultadas nos formulários de referência de tais investidas, os quais estão disponíveis para

consulta nas páginas eletrônicas da Klabin S.A. (www.klabin.com.br) e da Ultrapar Participações S.A. (www.ultra.com.br), bem como na página eletrônica da CVM (<http://www.cvm.gov.br/>).

Participações Imobiliárias

A Companhia também investe no setor imobiliário no Brasil estando sujeita a variação de preço dos seus estoques de imóveis a comercializar. Em 2017, em decorrência da compressão dos valores locatícios observados na Cidade do Rio de Janeiro, a administração da Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. (“Novo Rio”) contratou uma avaliação independente para auferir o valor de mercado de seu ativo imobiliário “Torre 1º de Março”. O laudo apontou um valor realizável do ativo imobiliário de R\$ 88 milhões, abaixo do valor contábil de R\$ 157 milhões, resultando em um ajuste negativo no montante de R\$ 69 milhões. Em 2018, foi realizada nova avaliação em que se verificou que o valor realizável do ativo imobiliário “Torre 1º de Março” passou a ser de R\$ 86 milhões, o que gerou ajuste negativo adicional no montante de R\$ 2 milhões. O resultado das participações imobiliárias no resultado da Companhia em 2018 foi de -R\$ 8 milhões.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Tendo em vista que, conforme exposto acima, parcela relevante das receitas auferidas pela Companhia decorre diretamente de sua participação societárias em Klabin S.A., Ultrapar Participações S.A. entre outras participações de menor porte, os impactos da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Klabin S.A. e da Ultrapar Participações S.A. podem impactar o resultado de equivalência patrimonial e por consequência a receita operacional da Companhia.

Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A.

Os comentários sobre os impactos da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Klabin S.A. e da Ultrapar Participações S.A. podem ser consultadas nos formulários de referência de tais investidas, os quais estão disponíveis para consulta nas páginas eletrônicas da Klabin S.A. (www.klabin.com.br) e da Ultrapar Participações S.A. (www.ultra.com.br), bem como na página eletrônica da CVM (<http://www.cvm.gov.br/>).

Resultado Financeiro

Varição no preço de ações e variação cambial – fundos exclusivos e fundos não exclusivos - A Companhia mantém, através de seus fundos exclusivos e não exclusivos, investimentos em ações brasileiras e estrangeiras e ativos com exposição positiva ao dólar (ex. dólar futuro). Dessa forma, parcela dos

resultados financeiros da Companhia está suscetível à variação nos preços de ações negociadas em bolsa e variação cambial, desse modo, a flutuação dos preços das ações negociadas em bolsa e do dólar afeta o resultado dos fundos exclusivos e não exclusivos que detêm ações brasileiras e estrangeiras e ativos com exposição positiva ao dólar, afetando conseqüentemente o resultado financeiro da Companhia.

Varição no preço de ações – Índice Bovespa futuro e BOVA 11 – Com o intuito de proteger parte do seu patrimônio de cenários político e macroeconômico adversos, a Companhia aluga e vende a descoberto ações de BOVA11 e contratos de índice Bovespa futuro. Dessa forma, o resultado referente a estas operações está suscetível à valorização do Índice Bovespa e BOVA11, afetando negativamente o resultado financeiro da Companhia.

Taxa de Juros – Como a Companhia mantém parte de suas aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e fundos de Renda Fixa, a flutuação da taxa de juros pode afetar a parcela dos resultados financeiros que está suscetível à variação das taxas de juros. Há também um financiamento atrelado à Taxa Referencial (TR) contraído pela controlada da Companhia, Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. e um empréstimo contraído pela Companhia em moeda estrangeira, convertida para reais e cuja taxa de juros é atrelada à variação do CDI. Desta forma a variação positiva dos juros referentes a tal financiamento e empréstimo, caso haja, impactam negativamente o resultado financeiro da Companhia.

10.3 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia não introduziu ou alienou segmentos operacionais que tenham tido efeitos relevantes nas demonstrações financeiras, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

(i) Extinção de controladas

A investida M.A. Investimentos Imobiliários S.A. foi extinta por decisão de seus sócios, mediante instrumento de distrato.

(ii) Klabin S.A.

A Companhia alienou 188.700 *units* da Klabin S.A. Tais recursos foram direcionados para investimentos, operações financeiras e caixa da Companhia.

(iii) Ultrapar Participações S.A.

A Companhia alienou 353.400 ações ordinárias da Ultrapar Participações S.A., destas 270.000 para sua controlada Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.

Tais recursos foram direcionados para investimentos, operações financeiras e caixa da Companhia.

(iv) Novas participações

A Companhia adquiriu a totalidade do Narvik Fundo de Investimento em Ações – BDR Nível I – Investimento no Exterior (“FIA Narvik”) através do aporte da totalidade dos BDRs de propriedade de seu fundo exclusivo FIA Bergen.

A Companhia adquiriu 20.142 quotas, representando 15% do capital da a Sogemar - Sociedade Geral de Marcas Ltda. que tem como objeto social a locação, arrendamento, ou licenciamento de uso de marcas e outros bens próprios e direitos de qualquer natureza.

A Companhia se comprometeu a realizar um aporte adicional de até R\$ 10 milhões ao longo de cinco anos em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) dedicados ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

(i) Extinção de controladas e fundo exclusivo

A investida MASA Administradora de Recursos Financeiros Ltda. foi extinta por decisão de seus sócios, conforme instrumento de distrato.

A investida MASA Corretagem de Seguros Ltda. foi extinta por decisão de seus sócios, conforme instrumento de distrato.

A Companhia liquidou e encerrou o Oslo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, tendo a Companhia assumido a carteira de seus ativos e passivos.

(ii) Klabin S.A.

A Companhia alienou 850.100 units da Klabin S.A. Tais recursos foram direcionados para investimentos, operações financeiras e caixa da Companhia.

(iii) Ultrapar Participações S.A.

A Companhia alienou 1.374.300 ações ordinárias da investida Ultrapar Participações S.A. Tais recursos foram direcionados para investimentos, operações financeiras e caixa da Companhia.

(iv) Novas participações

A Companhia se comprometeu a realizar aportes de até R\$ 46,2 milhões ao longo de cinco anos em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) dedicados ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica. Junto ao compromisso assumido em 2016, o valor total comprometido pela Companhia passou a ser de R\$ 56,2 milhões. Até o final do exercício de 2017, a Companhia havia integralizado R\$ 7,1 milhões nestes fundos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

(i) Fundos Exclusivos:

Em 2016, o Fundo Oslo passou a ser denominado Oslo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. A carteira do Fundo Oslo é composta, majoritariamente, pelo investimento na Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. e em cotas de Fundos de Investimento em Participações (“FIPs”).

(ii) Klabin S.A.

A Companhia alienou 5.858.700 Units da Klabin S.A. Tais recursos foram direcionados para investimentos, operações financeiras e caixa da Companhia.

(iii) Ultrapar Participações S.A.

A Companhia alienou 435.300 ações ordinárias da investida Ultrapar Participações S.A. Tais recursos foram direcionados para investimentos, operações financeiras e caixa da Companhia.

(iv) Novas participações

A Companhia adquiriu, através da sua controlada Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A., 25% do capital social da HESA 159 – Investimentos Imobiliários S.A. Trata-se de terreno para desenvolvimento de empreendimento misto localizado em São Paulo em parceria com a Helbor.

A Companhia se comprometeu a realizar aportes de até R\$ 10 milhões ao longo de cinco anos em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) dedicados ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica.

c) eventos ou operações não usuais

Exceto conforme mencionado acima, não ocorreram eventos ou operações não usuais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

10.4 - Os diretores devem comentar:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Considerando que a Companhia é uma holding de participações, alterações em práticas contábeis das investidas podem trazer reflexos nos registros desses investimentos nas DFs da Companhia.

Em 2018, houve adoção pela controlada em conjunto Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A. do IFRS 9 – CPC 48 (Instrumentos Financeiros) e pela coligada Ultrapar Participações S.A. do IFRS 9 – CPC 48 e do IFRS 15 – CPC 47 (Receita de contratos com clientes), que impactaram as demonstrações financeira da Companhia.

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2017 e 2016 que tiveram impactos significativos nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais de 2017 e 2016 da Companhia.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As mudanças nas práticas contábeis referidas no item “a”, trouxeram os seguintes impactos nas demonstrações financeiras da Companhia, (i) adoção do IFRS 9 – CPC 48 (Instrumentos Financeiros) na controlada em conjunto Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A. (R\$ 5 milhões) e adoção dos IFRS 9 – CPC 48 e IFRS 15 – CPR 47 (Receita de contratos com clientes) na coligada Ultrapar Participações S.A. (R\$ 5 milhões).

Nos exercícios sociais de 2017 e 2016, considerando que não houve alterações significativas nas práticas contábeis, não existiram efeitos significativos nas demonstrações financeiras desses exercícios sociais da Companhia.

c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nos exercícios sociais de 2018 e 2017, o relatório do auditor trouxe a ênfase de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM.

A determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15).

Não houve ênfase no exercício social de 2016, e não houve ressalvas nos exercícios sociais de 2018, 2017 e 2016.

10.5 - Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A Administração da Companhia destaca que as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas e apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as normas aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia entende que os itens abaixo são considerados políticas contábeis críticas, as quais, caso alteradas, podem acarretar uma alteração contábil relevante nas demonstrações financeiras do emissor e que requerem o uso de estimativas e julgamentos subjetivos necessários para auferir os valores apresentados nas demonstrações financeiras.

As premissas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram baseadas em conhecimento e experiência da Administração, de especialistas e de auditores.

Avaliação de influência significativa nas investidas Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A.

No final do exercício social de 2018, a Monteiro Aranha S.A. detinha 6,78% da Klabin S.A. (“Klabin”) e 4,20% da Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar”), percentuais inferiores aos destacados pelo CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e no *IAS 28 - Investments in Associates and Joint Ventures* como indicadores de influência significativa em uma investida. Por esse motivo a Administração precisa exercer julgamento e buscar outros indicativos para determinar a existência dessa influência significativa nas duas investidas que suporte a consequente aplicação do método de equivalência patrimonial para valorização desses investimentos. A existência de influência significativa por investidor geralmente pode ser evidenciada por uma ou mais das seguintes formas: (a) representação no conselho de Administração ou na Diretoria da investida; (b) participação nos

processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições; (c) operações materiais entre o investidor e a investida; (d) intercâmbio de diretores ou gerentes; e (e) fornecimento de informação técnica essencial. O saldo de investimento que a Companhia possui nas duas investidas perfaziam o montante de R\$ 819 milhões na controladora e R\$ 824 milhões no consolidado que representam 53,63% do ativo individual e 52,41% ativo consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2018. Adicionalmente, durante o ano de 2018 a Companhia registrou o montante de R\$ 58 milhões relativo a receita de equivalência patrimonial advinda do resultado apurado pelas duas investidas, o montante representa cerca de 145% do lucro líquido individual e 142% do lucro líquido consolidado da Monteiro Aranha S.A. em 31 de dezembro de 2018.

A avaliação da influência significativa nos investimentos que a Companhia possui na Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A. foi avaliado como um dos principais assuntos de auditoria considerando a magnitude dos valores envolvidos, o percentual de participação abaixo de 20% que a Companhia possui nas duas investidas e o fato do processo de avaliação da influência significativa nesses casos envolver a avaliação de outros aspectos qualitativos e de julgamento com utilização de informações subjetivas.

Nos procedimentos de auditoria foram incluídos, entre outros: (i) procedimentos de indagação aos representantes da Companhia no Conselho de Administração das duas investidas; (ii) avaliação da assiduidade nas reuniões do Conselho de Administração dos representantes da Companhia nas duas investidas; (iii) inspeção do acordo de acionistas das investidas que evidenciam como serão a distribuição das cadeiras no Conselho de Administração; e (iv) revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas para determinação da influência significativa nas investidas.

Os resultados dos procedimentos de auditoria sobre a avaliação da influência significativa da Companhia nas investidas Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A. e consequente utilização do método da equivalência patrimonial para sua valorização em 31 de dezembro de 2018 foram consistentes com a avaliação da Administração, e foram considerados na formação da opinião sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valor recuperável dos estoques de imóveis a comercializar

Os estoques de imóveis a comercializar da Companhia são demonstrados pelo custo de aquisição dos terrenos acrescidos dos custos incorridos de construção e outros custos relacionados aos projetos em construção e concluídos, cujas unidades ainda não foram vendidas, não excedendo seu valor líquido de realização. Quando o custo de construção dos imóveis a comercializar exceder

o fluxo de caixa esperado através de suas vendas uma redução do valor recuperável é reconhecida no exercício em que foi determinado que o valor contábil não seja recuperável.

O valor recuperável dos estoques de imóveis a comercializar é revisado pela Administração anualmente levando em consideração estudos de viabilidades dos projetos, cotações de mercado, laudos de especialistas externos, dentre outras premissas. A revisão do valor recuperável efetuada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 resultou no registro de uma provisão de R\$ 5 milhões.

Nos procedimentos de auditoria foram incluídos, entre outros: (i) a avaliação do desenho, da implementação e da efetividade das atividades de controles internos da Companhia relacionados a avaliação dessa estimativa; (ii) a utilização de especialistas em modelos de valorização para auxiliar na análise e revisão de laudos externos obtidos pela Administração para suportar o valor recuperável; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos; (iv) a realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (v) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Os resultados dos procedimentos de auditoria sobre o teste do valor recuperável dos estoques de imóveis a comercializar em 31 de dezembro de 2018 foram consistentes com a avaliação da Administração, e foram considerados na formação da opinião sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

10.6 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

No último exercício social, a Companhia e suas controladas não possuíam arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos que não estivessem evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

No último exercício social, a Companhia e suas controladas não possuíam carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e

responsabilidades que não estivessem evidenciadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

No último exercício social, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos relevantes de futura compra e venda de produtos ou serviços que não estivessem evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

iv. contratos de construção não terminada

No último exercício social, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos de construção não terminada que não estivessem evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

No último exercício social, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos de recebimentos futuros de financiamentos que não estivessem evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A controlada em conjunto Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A. ("SPE"), da qual a Companhia detém indiretamente 40%, possuía financiamento para a construção do empreendimento imobiliário cujo valor na data de 30/10/2018 era R\$ 42 milhões. Sendo a Companhia solidária pela parte do financiamento correspondente à sua participação na SPE. Nessa mesma data a SPE efetuou a quitação integral desse financiamento, através da portabilidade da dívida para um outro banco, logrando condições melhores de taxa e de prazo para o seu pagamento. O saldo devedor no final do exercício social de 2018 era de R\$ 38 milhões.

Além do exposto acima, não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras relativas ao encerramento do último exercício social.

10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Embora o estoque em conjunto com o contas a receber da controlada em conjunto Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A (“SPE”) sejam possivelmente suficientes para a quitação do mesmo, na eventualidade de ocorrerem rescisões contratuais (“distratos”) e processos judiciais contra a SPE que impactem adversamente o fluxo de caixa da mesma, a Companhia poderá ser chamada a aportar recursos na referida controlada em conjunto para amortização de dívidas, capital de giro, entre outras despesas operacionais e financeiras, impactando desta forma o caixa e o resultado da Companhia.

- b) natureza e o propósito da operação**

O financiamento citado no item 10.6 (b), detido pela controlada em conjunto Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A, destinou-se ao financiamento da construção do empreendimento imobiliário.

- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

O valor do financiamento citado no item 10.6 (b), contratado pela controlada em conjunto Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A., é de R\$ 42 milhões, sendo o saldo de R\$ 38 milhões no final do exercício social de 2018. A Companhia responde de forma solidária com 40% desse valor, participação igual a sua participação no capital social da controlada em conjunto.

10.8 – Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a) investimentos, incluindo:**

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.**

A “Torre 1º de Março”, padrão “AAA”, no Centro do Rio de Janeiro, cuja entrega ocorreu em maio de 2017 encontra-se em operação com o funcionamento dos 4 andares ocupados pelo Banco Bradesco S.A. Negociações estão em curso para a ocupação de espaços adicionais. Para construção desse empreendimento, foi contratado um financiamento no valor de R\$ 61 milhões, a quitação do empréstimo ocorrerá em 96 parcelas mensais, com início de pagamento em janeiro de 2018. Há a expectativa de que haverá necessidades de aportes por

parte da Companhia na sua controlada Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., proprietária do empreendimento “Torre 1º. de Março”, para amortização desse financiamento.

Em 2017, a controlada em conjunto Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A. concluiu e entregou o prédio residencial composto de 470 unidades, denominado “Nobre Norte Residencial”, localizado próximo ao “Norte Shopping”, na Zona Norte do Rio de Janeiro, no qual a Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. detém 40% de participação em parceria com a Cyrela Brazil Realty S.A Empreendimentos e Participações, que detém 60%. Ao final do exercício de 2018, 71% das unidades já haviam sido vendidas, líquidas de rescisões (“distratos”).

Em 2018, a Companhia deu seguimento ao desenvolvimento do empreendimento denominado “Reserva do Conde”, um residencial de 120 unidades, na Zona Norte do Rio de Janeiro, no qual a Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. detém 25% de participação, em parceria com a Concal Construtora Conde Caldas Ltda., que detém 25%, e Minas Rio Desenvolvimento Imobiliário Ltda. (empresa pertencente ao Grupo Roma), que detém 50%. O empreendimento foi lançado no último trimestre de 2017. Ao final do exercício de 2018, 42% das unidades já haviam sido vendidas, líquidas de rescisões (“distratos”).

O projeto iniciado em 2016, através da participação de 25% que a Companhia detém na SPE HESA 159, em parceria com a HELBOR S.A. para realização de um projeto multiuso em terreno adquirido da Semp Toshiba, está sendo submetido à nova aprovação para aproveitamento da alteração da legislação vigente que possibilitou o acréscimo da área privativa vendável.

Em 2015, foi celebrada uma parceria com a Alphaville Urbanismo S.A. para o desenvolvimento de empreendimento imobiliário na Fazenda Timbutuva, localizada no Município de Campo Largo - PR, de propriedade dessa sociedade. O projeto relacionado à parceria se encontra em fase preliminar e dependerá de estudos e providências a serem realizados, como a obtenção das licenças costumeiras, estimando-se, assim, que a sua conclusão somente possa vir a ocorrer a médio prazo.

Em 2015, a controlada em conjunto MAPISA II Empreendimento Imobiliário S.A., sobre a qual a Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. detém 52% de participação, adquiriu terreno para desenvolvimento de empreendimento residencial localizado na Zona Sul do Rio de Janeiro. O projeto está sendo readequado para unidades menores, visando dar maior liquidez ao produto.

Para os próximos cinco anos, estão previstos investimentos no valor de R\$ 22 milhões nos investimentos imobiliários acima relacionados.

Em 2018, a Companhia se comprometeu a realizar um aporte adicional de até R\$ 10 milhões ao longo de cinco anos em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) dedicados ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica. Também durante o ano de 2018, um compromisso de R\$ 5 milhões assumido anteriormente pela Companhia com um FIP para investimento neste mesmo segmento foi cancelado devido a extinção do FIP. Esses fatos, em conjunto com os compromissos anteriormente assumidos em 2016 e 2017, levaram o valor total comprometido pela Companhia para R\$ 61 milhões. Até o final do exercício de 2018, a Companhia havia integralizado R\$ 11 milhões nestes fundos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A principal fonte de financiamento para investimentos, inclusive para aquisição de participações societárias tem sido as próprias disponibilidades e capacidades de geração de caixa da Companhia por meio de seus investimentos como também pode ser eventualmente contratado empréstimos para tal fim como o empréstimo internacional contratado no exercício social de 2018, no valor de € 22.131 explicado no item 10.1, letra (d), acima.

Já os investimentos imobiliários são efetivados através de Sociedades de Propósito Específico (SPEs), que além do capital próprio investido pelos seus acionistas, contam também com financiamento bancário para a produção e desenvolvimento de empreendimento imobiliário, a maioria no âmbito do SFH.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Considerando que a Companhia é uma *holding* de participações, decisões de investimento e desinvestimento são naturais em suas operações. As decisões de investimentos ou desinvestimentos são aprovadas pelos órgãos decisórios da Companhia de acordo com o Estatuto Social da Companhia.

Não obstante, os Diretores da Companhia esclarecem que não existem, neste momento, desinvestimentos relevantes em andamento e/ou previstos.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há.

c) novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. montante total gasto pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços em andamento.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Os seguintes projetos encontram-se em desenvolvimento:

- “Alphaville Campo Largo” – Em 2015, foi celebrada uma parceria com a Alphaville Urbanismo S.A. para o desenvolvimento de empreendimento imobiliário na Fazenda Timbutuva, localizada no Município de Campo Largo - PR, de propriedade dessa sociedade. O projeto relacionado à parceria se encontra em fase preliminar e dependerá de estudos e providências a serem realizados, como a obtenção das licenças costumeiras, estimando-se, assim, que a sua conclusão somente possa vir a ocorrer a médio prazo.
- HESA 159 – Investimentos Imobiliários S.A. – Trata-se de projeto multiuso, em terreno adquirido da Semp Toshiba e que está sendo submetido à nova aprovação para aproveitamento da alteração da legislação vigente, que possibilitou o acréscimo da área privativa vendável.
- MAPISA II – Empreendimento Imobiliário S.A. – Terreno para desenvolvimento de empreendimento residencial localizado na Zona Sul do Rio de Janeiro. O projeto está sendo readequado para unidades menores, visando dar maior liquidez ao produto.
- “Reserva do Conde” – Empreendimento residencial composto de 120 unidades, localizado na Tijuca, Zona Norte do Rio de Janeiro, no qual a Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. detém 25% de participação, em parceria com a Concal Construtora Conde Caldas Ltda., que detém 25%, e Minas Rio Desenvolvimento Imobiliário Ltda. (empresa pertencente ao Grupo Roma), que detém 50%. O empreendimento foi

lançado no último trimestre de 2017. Ao final do exercício de 2018, 42% das unidades já haviam sido vendidas, líquidas de rescisões (“distratos”)

- Fundos de Transmissão de Energia Elétrica – Em 2018, a Companhia se comprometeu a realizar um aporte adicional de até R\$ 10 milhões ao longo de cinco anos em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) dedicados ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica. Também durante o ano de 2018, um compromisso de R\$ 5 milhões assumido anteriormente pela Companhia com um FIP para investimento neste mesmo segmento foi cancelado devido a extinção do FIP. Esses fatos, em conjunto com os compromissos anteriormente assumidos em 2016 e 2017, levaram o valor total comprometido pela Companhia para R\$ 61 milhões. Até o final do exercício de 2018, a Companhia havia integralizado R\$ 11 milhões nestes fundos.

iv. montante total gasto pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia gastou no desenvolvimento dos projetos citados no item anterior o monte total de R\$ 43,4 milhões.

10.9 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que tenham influenciado de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção, incluindo informações relevantes sobre despesas com publicidade, patrocínios, parcerias e convênios.

(ii) Deliberar sobre a revisão anual do orçamento de capital.

De acordo com o previsto no artigo 196, §2º da Lei 6404/76, com a redação dada pela Lei n.º 10.303 de 31.10.2001, a Administração da Monteiro Aranha S.A. ("Companhia") vem apresentar a presente proposta de revisão anual do Orçamento de Capital.

O plano de investimentos para o período 2018 a 2022, devidamente aprovado em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 28 de março de 2019, totaliza o montante de R\$ 136 (cento e trinta e seis) milhões, assim distribuídos: (i) R\$ 50 (cinquenta) milhões para investimentos em transmissão de energia elétrica, (ii) R\$ 22 (vinte e dois) milhões para investimentos no setor imobiliário e (iii) R\$ 64 (sessenta e quatro) milhões para investimentos em novos projetos.

Estes investimentos terão como fonte, os lucros retidos na Reserva para Investimentos, nos termos deste orçamento de capital, no art. 196 da Lei n.º 6.404, de 1976, no montante total de R\$ 136 (cento e trinta e seis) milhões.

(iii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 39.836.828,54.

A Administração da Companhia propõe a seguinte destinação:

a) R\$ 1.991.841,43 para a conta de reserva legal, correspondente a 5% do lucro líquido realizado no exercício social de 2018, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76;

(b) R\$ 9.461.246,78 a ser imputado ao dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, nos termos da legislação em vigor e conforme estatuto social da Companhia;

(c) o saldo remanescente do lucro líquido, no montante de R\$ 28.417.867,28, à conta de reserva de investimentos, para realização de investimentos de interesse da Companhia, com base em orçamento de capital proposto pela Administração.

A Companhia apresenta abaixo a destinação do lucro líquido conforme a Instrução da CVM nº 481/09.

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO (Anexo 9-1-II da IN CVM nº 481/ 2009)

1 - Informar o Lucro Líquido do exercício:

Em 2018, o lucro líquido do exercício foi de R\$ 39.836.828,54. O lucro líquido ajustado para efeitos de cálculo do valor a ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios é de R\$ 37.844.987,11, calculado da seguinte forma (valores em R\$):

a) Lucro Líquido	39.836.828,54
b) Constituição de Reserva Legal (5% do lucro líquido)	1.991.841,43

Lucro para cálculo do Dividendo Mínimo (conforme Estatuto) 37.844.987,11

Dividendo Mínimo Obrigatório calculado conforme Estatuto – 25% 9.461.246,78

2 - Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio, já declarados:

A Companhia declarou proventos no valor global de R\$ 206 milhões equivalente a R\$ 16,81 por ação, sendo R\$ 125 milhões de dividendos e R\$ 81 milhões de juros sobre capital próprio.

3 - Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

A Companhia distribuiu dividendos, atribuídos ao lucro do exercício social de 2018, no montante de R\$ 9.461.246,78, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado do exercício social de 2018 (R\$ 37.844.987,11).

4 - Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercício anteriores:

A Companhia distribuiu o valor global de R\$ 196.538.753,22 com base em lucro de exercício anteriores, sendo R\$ 115.538.753,22 em dividendos e R\$ 81.000.000,00 em juros sobre capital próprio.

5 - Informar saldo de valor bruto de dividendos e juros sobre o capital próprio, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio, já declarados:

Não aplicável, pois não existe saldo de valor bruto de dividendos e juros sobre o capital próprio, deduzidos os dividendos antecipados e os juros sobre o capital próprio, já declarados.

6 - Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio, com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre o capital próprio, já declarados

No exercício social de 2018, foram declarados dividendos no valor de R\$ 9.461.246,78, com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

<u>Início Pagto.</u>		<u>Valor Pago</u>
01/10/2018	Dividendos	9.461.246,78

7 - Fornecer tabela comparativa, indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Lucro líquido (R\$)	Valor por Ação (R\$)
2018	39.836.828,54	3,25
2017	141.184.882,21	11,52
2016	211.190.029,85	17,24

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio, distribuídos nos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Dividendo declarado no exercício - R\$	Dividendo por Ação – R\$	Dividendo pago no Exercício – R\$
2018	115.538.753,22	9,43	115.538.753,22
2017	41.000.000,00	3,35	41.000.000,00
2016	0,00	0,00	0,00

Exercício	JCP declarado no exercício - R\$)	JCP por Ação R\$	JCP pago no Exercício – R\$
2018	81.000.000,00	6,61	60.000.000,00
2017	94.000.000,00	7,67	94.000.000,00
2016	89.000.000,00	7,26	136.000.000,00

8 - Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

No exercício social de 2018, foram destinados R\$ 1.991.841,43 à reserva legal.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

	Percentual - %	R\$
Lucro de 2018		39.836.828,54
Destinação de Lucros à Reserva Legal	5%	1.991.841,43

9 - Informar, caso a companhia detenha ações preferências, com direito a dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica a Companhia, pois todas as ações emitidas são ordinárias nominativas.

10 - Em relação ao dividendo obrigatório:

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Artigo 26 – Dos lucros apurados ao término de cada exercício, depois de ajustado conforme as prescrições legais, será atribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento).

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo obrigatório foi pago integralmente.

c) Informar o montante eventualmente retido

Não existem dividendos obrigatórios retidos.

11 - Informar, caso haja retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não existem dividendos obrigatórios retidos.

12 - Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

Não se aplica, pois a Companhia não possui reserva de contingências.

13 - Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não se aplica a Companhia, pois não existe reserva de lucros a realizar.

14 - Havendo destinação de resultado para reserva estatutária:

Não se aplica à Companhia, pois não há reserva estatutária.

15 - Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a) Identificar o montante da retenção

O montante de retenção previsto em orçamento de capital do lucro do exercício social encerrado em 31/12/2018 é de R\$ 28.417.867,28.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

De acordo com o previsto no artigo 196, §2º da Lei 6404/76, com a redação dada pela Lei n.º 10.303 de 31.10.2001, a Administração da Monteiro Aranha S.A. ("Companhia") vem apresentar a presente proposta de revisão anual do Orçamento de Capital.

O plano de investimentos para o período 2018 a 2022, devidamente aprovado em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 28 de março de 2019, totaliza o montante de R\$ 136 (cento e trinta e seis) milhões, assim distribuídos: (i) R\$ 50 (cinquenta) milhões para investimentos em transmissão de energia elétrica, (ii) R\$ 22 (vinte e dois) milhões para investimentos no setor imobiliário e (iii) R\$ 64 (sessenta e quatro) milhões para investimentos em novos projetos.

Estes investimentos terão como fonte, os lucros retidos na Reserva para Investimentos, nos termos deste orçamento de capital, no art. 196 da Lei n.º 6.404, de 1976, no montante total de R\$ 136 (cento e trinta e seis) milhões.

16 - Havendo destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais:

Não há destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

(iv) Deliberar sobre a fixação da remuneração global anual dos administradores.

A Administração propõe a fixação da remuneração global dos administradores em R\$ 13.832.000,00 (treze milhões, oitocentos e trinta e dois mil reais).

A Companhia apresenta abaixo o item 13 do Formulário de Referência conforme a Instrução da CVM de nº 481/09.

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (Item 13 do Formulário de Referência)

13.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

a) objetivos da política ou prática de remuneração

Apesar de a Companhia não possuir uma política de remuneração aprovada, a prática de remuneração da Companhia tem por objetivo oferecer aos administradores da Companhia um pacote de remuneração competitivo que os recompense adequadamente, respeitando a legislação vigente.

b) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração e Comitê de Coordenação Executiva

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Comitê de Coordenação Executiva, eleitos pelo Conselho de Administração, é composta por remuneração fixa, que inclui honorários e benefícios diretos e indiretos, incluindo entre outros assistência médica, plano de previdência privada, seguro de vida. O objetivo desses elementos de remuneração é recompensar os membros do Conselho de Administração e do Comitê de Coordenação Executiva adequadamente, respeitando a legislação vigente.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria Estatutária é composta por honorários, benefícios diretos e indiretos, incluindo entre outros assistência médica, plano de previdência privada, seguro de vida. O objetivo da remuneração é recompensar os membros da Diretoria Estatutária adequadamente, respeitando a legislação vigente.

Conselho Fiscal

A remuneração do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado, observará o previsto no § 3º do artigo 162 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), ou seja, será fixada pela Assembleia Geral que eleger seus membros, e será estabelecida, para cada membro em exercício, em valor equivalente a, no mínimo, 10% da remuneração média mensal de cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Nos últimos três exercícios sociais, o Conselho Fiscal não foi instalado.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

	2018	2017	2016
Conselho de Administração			
Honorários fixos:	53%	54%	57%
Benefícios:	<u>47%</u>	<u>46%</u>	<u>43%</u>
	100%	100%	100%
Diretoria Estatutária			
Honorários fixos:	74%	76%	78%
Benefícios:	<u>26%</u>	<u>24%</u>	<u>22%</u>
	100%	100%	100%

Os valores da remuneração total do Conselho de Administração incluem dados referentes aos membros do Comitê de Coordenação Executiva, uma vez que seus integrantes também são membros do Conselho de Administração.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A metodologia de cálculo e reajuste de todos os elementos que compõem a remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Coordenação Executiva e da Diretoria Estatutária busca manter o poder aquisitivo dos honorários levando em consideração a inflação do período e é estabelecida anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, com base em proposta apresentada pela Administração da Companhia.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Coordenação Executiva e da Diretoria Estatutária se justifica em razão das atividades desenvolvidas pela Companhia, pelas responsabilidades por eles assumidas em razão de seus cargos, seu setor de atuação e busca assegurar um pacote de remuneração competitivo que os recompense adequadamente, respeitando a legislação vigente.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Em 2018, 1 membro do Conselho de Administração renunciou ao direito de receber pró-labore.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Coordenação Executiva e da Diretoria Estatutária não é baseada em indicadores formais de desempenho.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Coordenação Executiva e da Diretoria Estatutária não é baseada em indicadores formais de desempenho.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A prática de remuneração implementada pela Companhia alinha seus interesses de curto, médio e longo prazo, pois é competitiva e equilibrada, ocasionando assim engajamento e a retenção de seus principais administradores e executivos, fatores imprescindíveis para o desenvolvimento da Companhia e de seus interesses no curto, médio e longo prazo.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Nos anos de 2018, e 2017, não houve remuneração de membros do Conselho de Administração, Comitê de Coordenação Executiva e da Diretoria Estatutária que tenha sido suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

No exercício social de 2016, houve remuneração a título de pró-labore (remuneração fixa) a membros da Diretoria Estatutária no valor de R\$ 21.120,00, suportada pela controlada Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de qualquer evento societário.

h) práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da diretoria, indicando i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam; ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; iii) com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Os membros do Conselho de Administração participam no processo decisório que fixa a remuneração de seus membros e dos membros da Diretoria Estatutária. Os critérios e metodologia utilizados baseiam-se na manutenção do poder aquisitivo dos honorários, levando em consideração a inflação do período, não havendo a utilização de estudos. A avaliação da adequação dos honorários é feita anualmente pelo Conselho de Administração.

13.2 - Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2019 - Valores Anuais – Previsto (*)

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	4,00		10,00
Nº de membros remunerados	6,00	4,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	720.000,00	6.800.000,00		7.520.000,00
Benefícios direto e indireto	440.000,00	1.470.000,00		1.910.000,00
Participações em comitês	840.000,00	0,00		840.000,00
Outros	312.000,00	1.360.000,00		1.672.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	945.000,00	945.000,00		1.890.000,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Dado que o exercício social de 2019 é o exercício corrente, os números acima foram inseridos com base na previsão da Companhia, e consideram o número total de membros e a remuneração anual prevista pela Companhia, conforme requisitado pelo Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019.	Dado que o exercício social de 2019 é o exercício corrente, os números acima foram inseridos com base na previsão da Companhia, e consideram o número total de membros e a remuneração anual prevista pela Companhia, conforme requisitado pelo Ofício-Circular CVM/SEP/ Nº03/2019.		
Total da remuneração (**)	3.257.000,00	10.575.000,00		13.832.000,00

(*) Remuneração total para o Exercício Social de 2019 - Valores anuais

(**) Na remuneração dos Administradores incide 20% de INSS sobre honorários, que é uma obrigação da Companhia.

Remuneração total do Exercício Social de 2018 (*)

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,50	4,00		10,50
Nº de membros remunerados	6,00	4,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	390.000,00	6.795.254,00		7.185.254,00
Benefícios direto e indireto	364.206,80	1.563.051,83		1.927.258,63
Participações em comitês	1.161.268,00	0,00		1.161.268,00
Outros	310.253,60	1.359.050,80		1.669.304,40
Descrição de outras remunerações fixas	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	944.745,92	944.076,16		1.888.822,08
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Em 2018, houve a eleição de um novo Conselho de Administração composto por 06 membros. O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular / CVM / SEP / Nº 03/2019 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Não houve substituição na Diretoria Estatutária durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular / CVM / SEP / Nº 03/2019 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração (**)	3.170.474,32	10.661.432,79		13.831.907,11

(*) Remuneração total para o Exercício Social de 2018 - Valores anuais

(**) Na remuneração dos Administradores incide 20% de INSS sobre honorários, que é uma obrigação da Companhia.

Remuneração total do Exercício Social de 2017 (*)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,00		13,00
Nº de membros remunerados	6,00	4,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	360.000,00	6.668.048,72		7.028.048,72
Benefícios direto e indireto	867.815,78	1.262.664,26		2.130.480,04
Participações em comitês	1.140.488,36	0,00		1.140.488,36
Outros	300.097,67	1.333.609,74		1.633.707,42
Descrição de outras remunerações fixas	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	479.932,80	816.146,88		1.296.079,68
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Não houve substituição no Conselho de Administração durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular / CVM / SEP / N° 03/2019 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Não houve substituição na Diretoria Estatutária durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular / CVM / SEP / N° 03/2019 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração (**)	3.148.334,61	10.080.469,60		13.228.804,21

(*) Remuneração total para o Exercício Social de 2017 - Valores anuais

(**) Na remuneração dos Administradores incide 20% de INSS sobre honorários, que é uma obrigação da Companhia.

Remuneração total do Exercício Social de 2016 (*)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,67	4,00		13,67
Nº de membros remunerados	6,67	4,00		10,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	400.000,00	6.270.236,40		6.670.236,40
Benefícios direto e indireto	1.047.308,61	1.732.458,47		2.779.767,08
Participações em comitês	993.845,20	0,00		993.845,20
Outros	278.769,04	1.254.047,28		1.532.816,32
Descrição de outras remunerações fixas	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Houve redução de um membro do Conselho de Administração por falecimento durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular / CVM / SEP / Nº 03/2019 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Não houve substituição na Diretoria Estatutária durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular / CVM / SEP / Nº 03/2019 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração (**)	2.719.922,85	9.256.742,15		11.976.665,00

(*) Remuneração total para o Exercício Social de 2016 - Valores anuais

(**) Na remuneração dos Administradores incide 20% de INSS sobre honorários, que é uma obrigação da Companhia.

13.3 - Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não há remuneração variável prevista para o exercício social corrente para membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, e não ocorreu pagamento de remuneração variável aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos exercícios sociais encerrados em 31/12/2018, 31/12/2017 e 31/12/2016.

13.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações no exercício social corrente e não havia plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária da Companhia em vigor no último exercício social.

13.5 - Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não houve remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais, e não há remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária da Companhia.

13.6 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não havia opções em aberto para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária ao final do último exercício social.

13.7 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Nos últimos três exercícios sociais, não foram exercidas opções e não houve entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações para o Conselho

de Administração e para a Diretoria Estatutária, tendo em vista que a Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações.

13.8 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável, tendo em vista que (1) a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações; (2) não havia opções em aberto no final do último exercício social; e (3) não foram exercidas opções e nem houve entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.9 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Ações emitidas pela Monteiro Aranha S.A.						
	Participação Direta		Participação Indireta		Participação Total	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Conselho de Administração ¹	3.833.611	31,29%	2.241.699	18,30%	6.075.310	49,59%

¹ Inclui os valores mobiliários emitidos pela Companhia detidos por membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração que também exercem cargos na Diretoria Estatutária.

O montante total das ações ordinárias de emissão da Companhia detido pelos Administradores está em linha com as informações consolidadas prestadas no formulário Valores Mobiliários Negociados (art.11 da Instr. CVM nº 358) e considera o total das ações detidas pelas sociedades que detêm participação direta na Companhia dos quais os administradores não são os únicos acionistas.

Não existem outras ações, cotas ou outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, detidos pelos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e/ou do Conselho Fiscal que não tenham sido reportados acima.

13.10 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

<u>Ano: 2018</u>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	6,5	4
Número de membros remunerados	1	4
Nome do plano	Bradesco FIC de Fundo de Investimento PGBL	Bradesco FIC de Fundo de Investimento PGBL
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	0	3
Condições para se aposentar antecipadamente	Não há	Não há
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	7.772.463	12.593.667
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 944.746	R\$ 944.076
Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Sim. É possível fazer o resgate proporcional, desde que o beneficiário possua 10 anos de contribuição	Sim. É possível fazer o resgate proporcional, desde que o beneficiário possua 10 anos de contribuição

13.11 - Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Nº de membros	4,00	4,00	4,00	6,50	9,00	9,67
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	4,00	6,00	6,00	6,67
Valor da maior remuneração(Reais)	3.194.056,30	2.916.991,49	2.567.814,27	1.304.423,80	1.642.566,98	1.213.677,38
Valor da menor remuneração(Reais)	2.068.001,81	2.257.929,15	2.103.725,05	78.000,00	72.000,00	48.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	2.665.836,38	2.571.291,38	2.314.185,54	524.715,19	492.195,11	407.784,54

A Companhia esclarece que não houve instalação do Conselho Fiscal nos últimos três exercícios sociais.

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2018	. Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados . O membro que recebeu a maior remuneração exerceu suas funções durante os 12 meses do ano
31/12/2017	. Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados . O membro que recebeu a maior remuneração exerceu suas funções durante os 12 meses do ano
31/12/2016	. Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados . O membro que recebeu a maior remuneração exerceu suas funções durante os 12 meses do ano
Conselho de Administração	
31/12/2018	. Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados . Valor da menor remuneração apurado com a exclusão de membros do órgão . O membro que recebeu a maior remuneração exerceu suas funções durante os 12 meses do ano
31/12/2017	. Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados . O membro que recebeu a maior remuneração exerceu suas funções durante os 12 meses do ano
31/12/2016	. Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados . O membro que recebeu a maior remuneração exerceu suas funções durante os 12 meses do ano

13.12 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estrutrem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. Porém, é praxe da Companhia conceder uma bonificação quando do desligamento de um administrador de suas funções em razão de aposentadoria ou término do contrato de trabalho.

13.13 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

% Remuneração das Partes Relacionadas/Total das Remunerações

Exercício Social	Conselho de Administração	Diretoria	Total
2018	95%	100%	99%
2017	98%	100%	99%
2016	96%	100%	99%

A Companhia esclarece que não houve instalação do Conselho Fiscal nos últimos três exercícios sociais.

13.14 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nos últimos três exercícios sociais, o escritório de consultoria jurídica do qual um conselheiro eleito na Assembleia Geral Ordinária de 2018 é sócio, recebeu valores do emissor conforme abaixo:

	2018	2017	2016
Conselho de Administração	26.184,06	25.250,00	85.476,51

A Companhia esclarece que não houve instalação do Conselho Fiscal nos últimos três exercícios sociais.

13.15 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria

estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Nos exercícios sociais de 2018 e 2017, não houve remuneração de membros do Conselho de Administração, do Comitê de Coordenação Executiva e da Diretoria Estatutária reconhecida no resultado de controladas, sociedades sob controle comum e/ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

No exercício social de 2016, houve remuneração a título de pró-labore (remuneração fixa) a membros da Diretoria Estatutária no valor de R\$ 21.120,00, suportada pela controlada Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.

Exercício social 2016 - remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total R\$
Controladores diretos e indiretos				0,00
Controladores do emissor				0,00
Sociedades sob controle comum				0,00

Exercício social 2016 - demais remunerações recebidas, especificando a que título foram

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total R\$
Controladores diretos e indiretos				0,00
Controladores do emissor		21.120,00		21.120,00
Sociedades sob controle comum				0,00

A Companhia esclarece que não houve instalação do Conselho Fiscal nos últimos três exercícios sociais.

13.16 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.